

Educação

Ensino deixaria de ter verba garantida 2 * JAN 1994

OSWALDO BUARIM JUNIOR

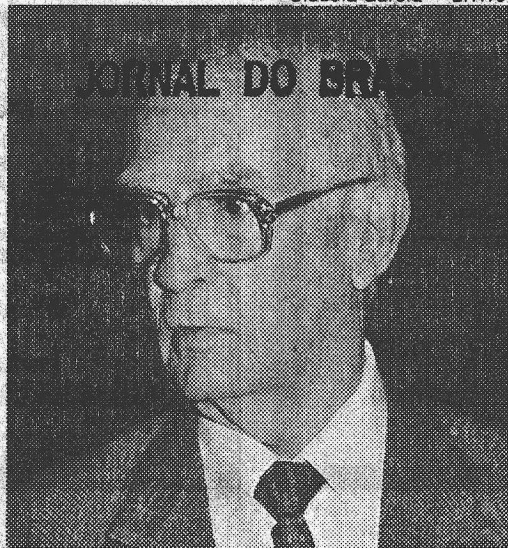
Entre as medidas de descentralização do Estado brasileiro, o ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, propõe uma verdadeira revolução no ensino público, com extinção das vinculações de receitas para a Educação, transferência das universidades e escolas técnicas federais para os estados e aumento do imposto de renda de quem usufruir do ensino superior gratuito. A área econômica quer restringir a ação da União, nas áreas de educação, saúde e assistência social, à expedição de normas e ao apoio técnico e financeiro, sem responsabilidade pela prestação direta dos serviços.

São 37 universidades federais e 56 escolas técnicas e agrotécnicas — com orçamento de quase US\$ 4 bilhões — que o governo quer repassar para os estados nos próximos cinco anos. Seriam transferidos os funcionários — cerca de 170 mil — e o patrimônio das escolas, por meio de convênios, ficando com a União só a prestação de assistência técnica para os sistemas descentralizados de ensino.

Para implementar a nova reforma educacio-

nal, o Ministério da Fazenda enviou cinco propostas de emendas constitucionais ao Congresso, entre elas a que prevê a prestação de serviços de ensino básico e pré-escolar pelos municípios, enquanto o ensino médio e superior ficaria por conta dos estados. De acordo

Claudia Garcia — 27/7/91



Calmon: "Constituição deve ser cumprida"

com justificativa de Fernando Henrique, a cobrança de imposto maior para os que estudam em universidades públicas é "alternativa à instituição do ensino pago em estabelecimentos oficiais de nível superior".

As propostas da equipe econômica não foram bem recebidas nem no Congresso nem na Esplanada dos Ministérios. Como Fernando Henrique está licenciado de seu mandato de senador, encaminhou as emendas para as lideranças do governo na Câmara e no Senado. Com o governo sem líder na Câmara, nenhum deputado subscreveu as propostas do ministro.

Já no Senado, o líder Pedro Simon (PMDB-RS) fez uma triagem e assinou apenas dez das 80 emendas de Fernando Henrique. O vice-líder Elcio Álvares (PFL-ES) também assinou poucas emendas. "Só apresentei as emendas com as quais concordava", disse. Outro vice-líder, o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), assinou mais algumas. Mas foi a senadora Eva Blay (PSDB-SP), suplente de Fernando Henrique, quem garantiu o debate das propostas da Fazenda apresentando todas as suas emendas. Mas ela evita falar do assunto.